DEPOSITO LEGAL

ANO IX (2.ª SÉRIE) — N.º 2989 — 1976 — TERÇA-FEIRA, 30 DE NOVEMBRO — PREÇO 6$00

A CAPITAL

Director: FRANCISCO DE SOUSA TAVARES

PROPRIEDADE: E.P.N.C. - EMP. PUB. DOS JORNAIS NOTICIAS E CAPITAL - R. JOAQ. ANT. AGUIAR, 66 - LISBOA-1 • TEL. 688125/6/7 • END. TELEG. ACAPITAL • TELEX 12386

DRAMA EM MOSCAVIDIA

Duas jovens assassinadas

(PÁGINA 11)

SUBSÍDIO DE NATAL EM TÍTULOS

DEMORA DA PROMULGAÇÃO SUSCITA INTERROGAÇÕES

(PÁGINA CENTRAL)

Andrés Perez, com Mário Soares a seu lado, respondeu às perguntas que lhe foram feitas pelos jornalistas

PORTUGAL NÃO PERTENCE AO CLUBE DOS RICOS

«Portugal não pertence ao clube dos ricos», frisou, esta manhã, o presidente da República da Venezuela, Carlos Andrés Perez, numa conferência de Imprensa que decorreu no Palácio de Queluz, referindo que a subida dos preços do petróleo não deverá comprometer as economias dos países débeis e acrescentando que «dentro da O. P. E. P. há uma disposição no sentido de contri-

(Continua na página 4)

COLAGEM DE CARTAZES MARCA ARRANQUE DE CAMPANHA ELEITORAL

SESSÕES de esclarecimento e assembleias para apresentação de listas assinalaram hoje, em todo o País, o início da campanha eleitoral para as autarquias locais.

De modo geral os partidos guardaram as grandes realizações para os dias posteriores e respeitaram o carácter eminentemente local da próxima ida às urnas. Contudo, em Lisboa e arredores, sobressaíram as maciças colagens de cartazes levadas a efeito pelo Partido Social Democrata e pela Frente Eleitoral Povo Unido.

O P. S. projecta dar uma conferência de Imprensa ainda esta semana para apresentação das principais linhas da sua candidatura. Quanto aos G. D. U. P., levam a efeito amanhã festas populares em diversos concelhos. Em Lisboa, a festa decorre no Terreiro do Paço, a partir das 10 horas.

Para apresentar programas de realizações e os candidatos aos diversos órgãos das autarquias locais a F. E. P. P. efectuou, esta noite, numerosas sessões locais. Iniciativas semelhantes estão programadas pelo P. S.

Relativamente ao C. D. S., apesar dos esforços desenvolvidos nesse sentido, não

(Continua na página central)

"CONGELADOS" TODOS OS BENS DE JORGE DE BRITO

O congelamento de todos os bens do antigo banqueiro Jorge de Brito (Jorge Artur Rego de Brito) é determinado pelo Ministério das Finanças, conforme despacho do secretário de Estado do Tesouro, inserido no «Diário da República». A decisão manda proceder ao «arrolamento de todos os bens móveis e imóveis» do visado, «com ressalva do preceituado no Artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 313/76, de 29 de Abril», e proíbe a «alienação ou oneração de quaisquer bens móveis ou imóveis que lhe pertençam por parte de Jorge de Brito; e «o congelamento de todas as contas bancárias do mesmo Jorge de Brito».

Como razão justicativa, o secretário de Estado do Tesouro refere-se à intervenção do Estado na administração do Banco Intercontinental Português», pelo que, «em consequência, foi então suspenso das suas funções o então administrador Jorge Artur Rego de Brito». E aponta-se: «Posteriormente, apurou-se que aquele administrador praticou actos gravemente lesivos dos interesses do B. I. P., estando a correr termos de acção cível tendente a obter a respectiva condenação no pagamento dos prejuízos causados. Dado o presumível montante da responsabilidade pecuniária de Jorge de Brito e a conduta dolosa evidenciada no exercício do

(Continua na página 24)

A REPÚBLICA DE BEJA

Por FRANCISCO DE SOUSA TAVARES

TALVEZ na Lobata se jogue o futuro do Governo socialista, e talvez até o futuro da democracia portuguesa. Sempre a história caprichou em erguer como símbolos homens inteiramente desconhecidos e que só o acontecimento fortuito pôde trazer à primeira linha do acontecimento e da fama. Há quinze dias poucas pessoas saberiam em Portugal ou mesmo no Alentejo quem era ou quem é João Maria Palma Cano. Quem ele é, ou quem ele foi, dificilmente o saberemos com verdade, neste momento de maré alta de paixão à roda do seu nome. Mas procuremos situar através do que já seguramente controlámos: João Maria Cano, morador em Serpa, senhor de lavoura directa, pai de oito filhos, obstinado, calmo. Não é um absentista, sempre foi lavrador. Dizem que caçava, e é verdade, e que jogava, e provavelmente também é verdade. Todo o mujique de Tolstoi jogava, caçava e bebia. A acusação não se mantém. Nem conseguem fazer dele um latifundiário nem tão-pouco um depredador.

(Continua na página 4)

CASO DA LOBATA PODE AGRAVAR-SE

O problema controverso da herdade da Lobata, em Serpa, continua na ordem do dia. Apesar das diligências desenvolvidas pelas autoridades, os trabalhadores da «Margem Esquerda» não abdicam das posições assumidas nos últimos dias e o «cerco» simbólico da reserva mantém-se. Por outro lado, um contingente da G. N. R., formado por elevado número de homens armados, permanece na área do conflito, a fim de evitar possíveis confrontos entre as facções antagónicas ali presentes. Segundo o governador civil de Beja, a acção desencadeada pelo Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas daquele distrito «não significa mais do que um desafio à autoridade do Governo». Esta opinião é perfilhada por vários observadores locais e admitida pelo proprietário da herdade da Lobata. Para o sindicato trata-se de «uma forma de luta contra o desemprego e de evitar a inviabilidade económica da unidade colectiva de produção "Margem Esquerda"».

(Continua na página 4)

Reportagem de F. CASTRO

Campanha eleitoral para autarquias

SESSÕES EM TODO O PAÍS

(Continuação da 1.ª página)

foi possível obter qualquer informação sobre a entrada no período de campanha eleitoral.

São 11 os partidos ou frentes que concorrem às eleições locais: Partido Socialista, Partido Social Democrata, Centro Democrático Social, Grupos Dinamizadores de Unidade Popular, Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado, Partido Comunista de Portugal (marxista-leninista), Liga Comunista Internacionalista, Partido Revolucionário dos Trabalhadores, Partido Popular Monárquico, Partido da Democracia Cristã e Frente Eleitoral Povo Unido.

Candidatos do Povo Unido durante a sessão

«POVO UNIDO» APRESENTA PROGRAMA

A Comissão Eleitoral Unitária da Frente Eleitoral Povo Unido (P.C.P./M.D.P./F.S.P.) de Lisboa promoveu, ontem à noite, no Teatro Vasco Santana, um encontro com as Comissões Eleitorais Unitárias e os candidatos aos órgãos municipais da capital, com o objectivo de proceder à apresentação do respectivo programa eleitoral. A mesa, presidida por José Tengarrinha, do M.D.P./C.D.E., que encabeça a lista da Assembleia Municipal, era composta por elementos do Executivo Coordenador da Comissão Eleitoral Unitária Povo Unido, estando também presente Silva Graça, primeiro candidato na lista da Câmara, o qual fe za apresentação, em síntese, do programa. No final, os presentes aprovaram uma moção de repúdio pela rejeição, pelo juiz da respectiva comarca, das listas Povo Unido nos concelhos de Torres Vedras, Sobral de Monte Agraço e Cadaval, afirmando-se que «tal atitude põe em causa a própria validade e democraticidade das eleições naqueles concelhos».

Depois de ter usado da palavra Rui Carneiro, que explicou o funcionamento e o trabalho realizado pelo Executivo da Comissão Eleitoral Unitária, Manuel Pedro, do Executivo Coordenador a nível nacional referiu-se à importância das eleições para as autarquias locais no processo revolucionário, fazendo apelo «às fôrças democráticas para vencerem as fôrças fascistas do P.P.D. e C.D.S. para fazerem avançar o processo revolucionário e impedir o avanço da direita reaccionária».

— Temos de dominar todos os problemas locais que se põem do ponto de vista das autarquias — sublinhou Manuel Pedro, tendo adiantado que «as perspectivas são muito boas e há condições para nos atirarmos a esta tarefa, e obtermos belíssimos resultados».

José Tengarrinha, por sua vez, frisou que o que caracteriza a Frente Eleitoral Poov Unido «é o seu alto sentido unitário». «Unidade significa respeito e conciliação de diversos pontos de vista», acentuou.

Silva Graça, antes de apresentar o programa, sublinhou que se trata de um trabalho de equipa e que ele reflecte «o sentir do povo, junto dos locais de residência». Referindo-se à unidade do Povo Unido disse que «há muitos pontos de vista diferentes entre nós, mas também há muitos pontos que nos unem».

O programa apresentado pela Frente Eleitoral Povo Unido, subordinado à palavra de ordem «Devolver a cidade ao povo», a determinada altura refere:

«É tempo de devolver, de facto, a cidade aos seus habitantes, permitindo-lhes pôr em prática uma política que assegure a plena valorização da cidade e da população que nela vive. Uma tal política exige a participação efectiva a todos os níveis, desde as organizações unitárias de base, às Assembleias de Freguesia e Municipal à Câmara e ao Conselho Municipal. O esenvolvimento, tendo como objectivo colocar a economia ao serviço do homem e da justiça social, só é possível como resultado duma obra que exige a participação, a unidade e o empenhamento colectivo da população.

«O programa que apresentamos — continua — aponta para uma política municipal que torne possíveis soluções imediatas para muitos dos problemas do povo de Lisboa. A sua realização depende, antes de tudo, da participação e da unidade da população e da sua determinação em levá-lo por diante.

Refere mais adiante que «fiel ao espírito e à letra da Constituição, a lista do Povo Unido propõe-se estimular e apoiar a intervenção organizada do povo de Lisboa, designadamente por intermédio das organizações populares de base e de outras formas de representação democrática, na defesa intransigente dos seus interesses», ao mesmo tempo que defende «uma real autonomia financeira e administrativa do Município e das freguesias da nossa cidade» e a reorganização dos serviços municipais.

Participar no planeamento

Citando de novo o programa a lista do Povo Unido «propõe-se participar no planeamento nacional e regional, criar estruturas de planeamento municipal e cooperar com outros concelhos — e em particular com os concelhos vizinhos — e com todas as freguesias de Lisboa, com vista à melhor execução de empreendimentos e prestações de serviços de interesse comum e à criação de pólos e eixos de desenvolvimento que assegurem a plena valorização do território e das populações.

E mais adiante a Lista Povo Unido afirma no seu programa que «se propõe lutar pelo alargamento de âmbito da competência da Assembleia e da Câmara Municipal a todas as matérias que digam respeito ao bem estar e à elevação do nível de vida material e cultural do povo de Lisboa para promover com o apoio e a participação da população, o progresso e o desenvolvimento municipal, a defesa intransigente dos interesses da população, o respeito pelas garantias da Constituição, a defesa da democracia e das conquistas das revolução democrática.

Frentes de actuação

O programa, entre outras frentes de actuação, refere o combate à especulação de terrenos e outras medidas com vista à resolução do problema da habitação e ao aumento de equipamentos; a defesa da qualidade geral da paisagem urbana e o conforto dos habitantes; acções com vista a garantir o direito à saúde; colaboração activa com outras entidades na resolução dos problemas dos transportes e do trânsito; política de abastecimento e preços, com vista a garantir o abastecimento público e a protecção ao consumidor, em colaboração com as freguesias e as organizações de moradores; medidas com vista a garantir o acesso ao ensino; medidas com vista à reanimação da vida cívica da cidade e à conquista dos níveis indispensáveis com instalações de interesse colectivo como creches, escolas, bibliotecas, campos de jogos, centros de saúde, etc., e finalmeite, medidas com vista à manutenção das condições necessárias à convivência pacífica entre os cidadãos e à tranquilidade pública.

Frente Eleitoral Povo Unido no Porto

«A reorganização e moralização da câmara, posta ao serviço do povo, só será possível se os próprios interessados puderem lutar pela resolução dos seus problemas concretos», afirma-se no programa da Frente Eleitoral Povo Unido para as eleições das autarquias locais do concelho do Porto, divulgado no decorrer de uma conferência de Imprensa.

«Assim — acrescenta-se — faremos objectivo primordial da nossa acção a ampla mobilização das classes populares e o seu empenhamento no estudo, ordenação e resolução nos problemas que as afligem. Esta acção, que se desenvolverá no quadro constitucional, implica a dignificação do Conselho Municipal e exige, para isso, que a sua constituição reflicta a pujança e vigor das organizações populares.»

No encontro com os jornalistas estiveram presentes vários candidatos à Assembleia Municipal (cuja lista é encabeçada pelo dr. Rui Lais Gomes) e à Câmara do Porto (o dr. Raul de Castro é apresentado como candidato à presidência), que deram a conhecer o programa de acção e analisaram a forma como decorreu o período pré-eleitoral. Sobre este ponto, foram citados «casos de ingerência e intromissão que colidem com o direito de reunião e associação».

Dum caso denunciado pelos presente, foi o «incidente» surgido com a administração do 1.º Bairro do Porto, que não assegurou o Pavilhão do Académico, onde esta noite — segundo o ratificado no Governo Civil — o Povo Unido deveria levar a efeito o seu primeiro comício eleitoral. Esse recinto foi entregue a uma organização sindical, tendo aqueles candidatos afirmado a sua preocupação por incidentes semelhantes que «podem vir a influenciar os resultados das eleições».

Além sobre o programa, dividido em três partes distintas, enumeram-se os problemas principais que afectam a população do Porto nos domínios da saúde e transportes, educação e habitação, etc., salientando-se que é possível resolução para os mesmos no prazo de poucos anos «com os meios actualmente ao dispor dos municípios, com a modificação da legislação no sentido de uma real autonomia municipal (...), com o entusiasmar e sensibilizar das populações para os grandes problemas sanitários».

P.P.D./P.S.D. divulga manifesto

«O nosso convite não é para que as pessoas votem em nós, mas sim, para que votem e votem bem», frisou esta manhã a arquitecta Helena Roseta, deputada do P. P. D./P. D. S., primeira candidata da lista do Partido C. M. L., durante a conferência de Imprensa em que apresentou o manifesto social-democrata para as próximas eleições para as autarquias locais. Presentes, igualmente, Nandim de Carvalho, segundo nome da lista da C. M. L., e Nuno Aires Rodrigues dos Santos, primeiro nome da lista de candidatos à Assembleia do Município, também ambos deputados à A. R.

Segundo a concepção do Partido, repetidamente sublinhada na conferência, nas presentes eleições estão presentes duas opções bem demarcadas — a do Povo Unido e a dos sociais-democratas, considerando Nandim de Carvalho que as listas «com o carimbo do P. S.» incluirão representantes dessas mesmas duas facções. Outro dos pontos focados foi o da «filosofia centralizadora» do Governo socialista minoritário, que se reflecte na minimização das funções das futuras Assembleias de Município, bem como no «escamoteamento» da importância das presentes eleições.

Helena Roseta frisando que não estão definidas nem a competência, nem as atribuições das autarquias locais, afirmaria, em dado momento, que os sociais-democratas «não pretendem assembleias para referendar actos do Governo ou de câmaras». A deputada P.P.D./P.S.D. ainda considerando o pouco relevo que se tem dado às eleições das autarquias, e uma vez que a campanha, por se tratar de órgãos locais, não é levada até à TV e à Rádio, sugeriu que os órgãos da informação promovessem um debate público entre os candidatos de todos os partidos à Câmara Municipal, adiantando que o seu partido se encontrava, desde já, pronto para aderir à iniciativa.

As linhas programáticas do P.P.D./P.S.D. para as autarquias locais

No extenso resumo que fez do manifesto social-democrata, Helena Roseta referiu as principais linhas programáticas do partido, começando por salientar que a eleição dos órgãos locais além de representar «uma efectiva descentralização», concorrerá para a consolidação da democracia, «impedindo tutelas asfixiantes ou tentações totalitárias».

Segundo o manifesto dos sociais-democratas, um dos pontos principais é o de «devolver» Lisboa aos seus habitantes, eliminando os factores que a tornam uma cidade hostil, nomeadamente a afluência de desalojados, as dificuldades acrescidas de transporte e os aumentos de tarifas, o recrudescimento das barracas e da construção clandestina, a crise da construção civil e o aumento das novas rendas, o aumento da criminalidade e do uso da droga, a proliferação indiscriminada da venda ambulante, etc.

A actual situação da C.M.L. é vivamente criticada, considerando que sendo a Câmara mais rica do País, apresentando sucessivos saldos positivos (300 mil contos, em 1974, e 560 mil, em 1975), muito pouco tem produzido em sectores úteis sociais.

No sentido de devolver Lisboa aos seus habitantes, os sociais-democratas propõem, entre outros pontos, maiores atribuições de competências e verbas às freguesias; possível criação de federações de freguesias; revisão do papel dos bairros administrativos, definição do estatuto da municipalidade.

No âmbito da gestão municipal salientam a definição do estatuto económico e financeiro da C.M.L., controlo efectivo da gestão municipal pela Assembleia Municipal; dieita reorganização e reorientação dos serviços municipalizados e empresas públicas municipais, apoio às reivindicações dos trabalhadores da Câmara e promoção e melhoria dos serviços de apoio social aos trabalhadores, bem como a reestruturação dos serviços de controlo de vistorias e inspecção.

No que respeita a «simplificar a vida dos cidadãos» propõs-se, designadamente, a reformulação do actual sistema de transportes públicos, melhoria do trânsito, maior facilidade nas relações burocráticas entre o cidadão e a Administração pública ou local.

No manifesto propõe-se, ainda, a promoção do sector habitacional, o melhoramento do abastecimento dos géneros alimentares essenciais, o aumento do conforto e da salubridade, o zelo pela segurança dos cidadãos, promover a animação social, recreativa e cultural, bem como o desporto e o turismo.

Programa no Porto

«Não haverá democracia enquanto a freguesia e o município desempenharem simples funções de execução, concentrando-se no Governo e nos serviços centrais o monopólio da decisão», afirmou, no Porto, em conferência de Imprensa, o dr. Olívio França, primeiro nome proposto pelo P. P. D./P. S. D. para a Assembleia Municipal local.

Olívio França, um dos candidatos daquele partido presentes na reunião — que teve como objectivo apresentar não apenas as figuras propostas mas também o seu programa de acção —, acrescentou: «A sociedade nova por que o P. P. D./P. S. D. se bate é o País que sempre fomos, fiel à sua cultura e à sua identidade, mas liberto da centralização, da tutela de Lisboa, do arbítrio, da corrupção, da incompetência, da ineficácia, varrido do esquecimento a que têm sido votados milhões de portugueses.»

Helena Roseta apresentando o manifesto do P.P.D./P.S.D. para as eleições das autarquias locais. A seu lado, Nuno Rodrigues dos Santos e Nandim de Carvalho, também candidatos pelo partido às presentes eleições

O mesmo orador afirmou ainda, noutro passo da sua intervenção: «As autarquias locais não precisam que lhes prometam apoios financeiros. Do que elas precisam é que, finalmente, lhes seja reconhecido o direito de decidir e tratar dos seus próprios problemas. O que elas exigem é que lhes seja atribuída a independência financeira que a Constituição lhes garante.» Salientou, a terminar, que o seu partido se apresenta com o seu projecto social-democrata para ser executado ao nível da freguesia e do município, e com nomes de pessoas que «os eleitores estão em condições de conehcer, pois todos eles, sem excepção, vivem e trabalham na área da autarquia local a cujo órgão se candidatam».

Durante o encontro com os jornalistas tambêm usaram da palavra Vieira da Cunha, que leu um tetxo da comissão política distrital do P. P. D./P. S. D., em que se fala do poder local através dos tempos; e o dr. Cerqueira (primeiro da lista do partido para a Câmara do Porto) que divulgou o programa de acção que os sociais-democratas se propõem levar à prática se forem eleitos. Nesse programa, para além de problemas concretos das populações daquele concelho, e formas de os solucionar, referem-se, a certa altura: «Enquanto não se dá o cumprimento ao preceituado na Constituição, no sentido de os órgãos de poder local disporem de receitas próprias capazes, não poderão ser satisfeitas as necessidades das respectivas populações, continuando a ter de se esmolar subsídios e comparticipações ao poder central.»

Subsídio de Natal em títulos levanta interrogações

TUDO leva a crer que está a deparar com dificuldades na Presidência da República, quanto à sua promulgação, o decreto-lei que estabelece a obrigação de transformar em títulos do Tesouro a parte dos subsídios de Natal que exceder os sete mil escudos líquidos. Aprovado pelo Conselho de Ministros no pretérito dia 11 e «remetido imediatamente» para a Presidência da República para ser promulgado a tempo de se pôr em movimento o complexo dispositivo necessário à execução daquela poupança forçada, o diploma viria, contudo, a ser objecto de atento estudo no Palácio de Belém, estudo que originou uma demora que, segundo julgamos saber, estava longe de ser esperada ao nível do Governo.

O porta-voz do Ministério das Finanças a quem «A Capital» indicou, esta manhã, o rumor que circula em Lisboa segundo o qual o general Ramalho Eanes estaria na disposição de exigir que o referido decreto-lei fosse discutido e votado pela Assembleia da República, limitou-se a responder que «esse rumor já cá chegou há muito», mas «no gabinete do ministro apenas o que se sabe é que o diploma continua na Presidência da República à espera de promulgação».

De qualquer maneira continuam a afluir ao Ministério das Finanças pessoas de todas classes sociais e representantes de empresas que se interrogam sobre a execução de uma resolução do Conselho de Ministros que, enquanto não for promulgada pelo Presidente da República, não vincula nada, nem ninguém. De facto, a situação real com que se deparam as empresas neste momento, incluindo as estatizadas, é a de terem de cumprir os contratos colectivos de trabalho, pagando portanto os subsídios de Natal nos prazos estabelecidos nas respectivas convenções.

Admitindo, porém, que venham a ter confirmação os rumores que se referem às dificuldades que o decreto-lei dos títulos do Tesouro, como já se lhe chama, teria tido para passar em Belém, fica ainda de pé uma outra interrogação, que se relaciona com os motivos pelos quais o diploma ainda não foi enviado à Assembleia da República, para que possa ser discutido e votado antes da maior parte dos subsídios de Natal terem sido efectivamente pagos em notas de Banco, como mandam os contratos colectivos de trabalho, que na matéria constituem a única lei enquanto o Presidente da República não promulgar legislação em contrário.

POPULARES IMPEDEM ARRANQUE DO PLANO INTEGRADO DE SANTIAGO

O povo de Santiago e outras pessoas que com ele se solidarizaram opôs-se ontem à tarde ao previsto arranque da chamada cidade satélite com o nome daquela localidade, resistindo às tentativas de avanço das máquinas, perante as autoridades civis e militares de Aveiro, incluindo o próprio governador civil, dr. Costa e Melo. Os populares, resistindo mesmo a cerca de duas dezenas de agentes da P. S. P., armados de «G-3», conseguiram o adiamento do início das obras de Santiago.

O governador civil de Aveiro, antes de ordenar a retirada das fôrças policiais e dos condutores das máquinas, cerca das 16 horas, isto é, duas horas depois do previsto início dos trabalhos, foi insultado pelos populares, e o condutor de uma das máquinas foi alvo de pedras e outros objectos arremessados pelos populares, embora sem consequências de maior.

No final da ocorrência e já no Governo Civil, o dr. Costa e Melo falou para a Imprensa sobre os acontecimentos, referindo que «a reacção dessa gente é perfeitamente humana e natural» e que a compreendia e aceitava, acrescentando que se deslumbram «certos excessos de origem emocional».

Respondendo a uma pergunta que lhe foi feita sobre se estariam criadas as condições para se iniciarem os trabalhos, disse:

— Sobre isso, tenho ideias muito definidas. Eu não tinha dúvidas absolutamente nenhumas de que iria ser contestada a entrada em Santiago. Portanto, quando se diz que se pretendeu com esta tomada de posição um efeito eleitoral, é exactamente o contrário. Isto é uma obra que se ia iniciar porque foram entregues determinadas parcelas de terreno à entidade que está encarregada de a fazer. Por isso, sob minha inteira responsabilidade, marcou-se a data do início das obras. As pessoas que iam ser desalojadas entenderam que se deviam opor da maneira como se opuseram e eu, em determinada altura, entendi que não se devia prosseguir, para evitar um mal maior.

Governador civil de Aveiro desloca-se a Lisboa

Informando que se deslocará a Lisboa para expor o problema ao Governo, que providenciará no sentido «de reajustar as coisas ou de as alterar», o dr. Costa e Melo acrescentou que não «é um atraso para um processo que já dura há tantos anos esperar mais uma semana ou um mês».

Sobre as acusações de prepotente que lhe foram feitas, o governador civil de Aveiro afirmou:

— O governador civil disse e repete que enquanto for governador manterá que a lei é para se cumprir. O governador civil não é prepotente porque cumpre ordens. Só poderia considerar-se prepotente se, por exemplo, mandasse avançar as fôrças no sentido de dispersar aquela gente, com o perigo de mortes ou coisa parecida.

Tendo-lhe sido perguntado se acreditava que todas as pessoas que se opuseram ao início das obras eram interessadas no problema de Santiago, respondeu:

— Tenho a certeza absoluta de que a totalidade ou a quase totalidade dos desalojados instalados numa pensão de Aveiro à custa da Nação estavam lá para provocar e causar distúrbios.

A terminar, o dr. Costa e Melo, referindo-se a algumas acusações feitas às autoridades acerca do arranque do plano integrado de Santiago, disse que «nestas coisas e num Estado democrático há sempre um aproveitamento das ocasiões; quem se mete na política, por mal ou bem dos seus pecados, tem de aguentar estas coisas com uma certa serenidade». E acrescentou: «O que me revolta é ver o aproveitamento defeituoso e malévolo, desonesto, que se faz de certas afirmações proferidas de boa-fé, que devem ser esclarecidas pelos interessados e não por aqueles que andam à volta deles.»

SINDICATO DOS PROFESSORES DISCORDA DE DEMISSÃO DOS CONSELHOS DIRECTIVOS

O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa não concorda com a decisão de demissão dos conselhos directivos tomada pelas escolas superiores, por a considerar «uma aceitação, na prática, do decreto do M. E. I. C.» — revelou ontem à tarde, em conferência de Imprensa, a direcção do sindicato.

Ainda sobre o assunto, os elementos do executivo do sindicato salientam que o decreto sobre gestão não foi debatido pelas organizações dos trabalhadores a que se destinam, e que esta decisão das escolas superiores vem «representar um obstáculo à mobilização para a luta contra o decreto e ignorar que os conselhos directivos foram eleitos pelas escolas para defesa dos interesses de alunos, professores e funcionários».

O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa consideram «extremamente grave» a situação criada nas escolas com a promulgação do decreto de gestão, por verem assim «aniquilada» o que qualificaram de «a conquista principal das escolas depois do 25 de Abril, isto é, a sua gestão democrática», acrescentando que tanto o decreto de gestão para o ensino superior como o que se destina ao secundário e preparatório, são «feridos de inconstitucionalidade» por terem sido promulgados já depois do prazo concedido ao Governo para legislar, «e já em pleno funcionamento da assembleia», o que levou o sindicato a apresentar um recurso às autoridades competentes, nomeadamente ao presidente da Assembleia da República.

O Sindicato dos Professores referiu ainda dois outros decretos, os chamados da «autonomia da universidade» e da «degradação pedagógica», que considera «porem directamente em causa o direito ao trabalho, e permitirem a intervenção do M. E. I. C. nas escolas, sendo assim um atentado à autonomia das mesmas».

Os elementos do sindicato referiram depois o «alegado tempo "record" em que este ano o M. E. I. C. conseguiu colocar os professores», citando como exemplo o facto de, numa escola de Coruche, há uma semana, apenas 6 dos 60 professores necessários terem já sido colocados e que, segundo um levantamento a nível sindical, só no distrito de Setúbal há 760 vagas por preencher, o que representa uma média de 30 professores por escola, «para além do caso de professores transferidos para vagas que não existem».

O sindicato dos professores chama a atenção para o facto de todas as decisões do Ministério estarem a ser tomadas «em nome da qualidade do ensino», ignorando que esta passa pela «concessão de verbas e instalações, contratação de professores e redução do número de alunos por turma», acrescentando: «Pelo contrário, estamos a assistir à continuação da redução de verbas, e é de salientar que, no orçamento geral, a verba destinada às fôrças militares e militarizadas seja de 23 milhões de contos, enquanto a do ensino é apenas de 22 milhões.»

O sindicato «estranha o muro de silêncio» encontrado por parte do Ministério e sua «recusa total em dialogar», que considera «pouco compatível» com a alocução do ministro da Educação, em que ele teria afirmado a «necessidade de libertar e democratizar as escolas».

A concluir, o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa anunciou que vai realizar-se um Encontro Nacional de Professores, principalmente para «debater o problema da profissionalização» e «mobilizar os professores para a luta pelas suas reivindicações».

JORNALISTAS RECOMEÇAM NEGOCIAÇÕES DO C.C.T.

RECOMEÇARAM ontem, no Ministério do Trabalho, as negociações do Contrato Colectivo dos Jornalistas, suspensas desde o dia 10 do mês de Setembro passado, pelas razões então divulgadas.

Estiveram presentes os representantes das associações da Imprensa Diária e Não Diária, da Anop, pelas agências, do Sindicato dos Jornalistas, do Ministério do Trabalho e da Secretaria de Estado da Comunicação Social que funciona, para o caso, como Ministério da Tutela.

Na reunião de ontem apenas ficou assente o calendário das próximas sessões, que terão lugar também no Ministério do Trabalho, nos dias 7 do próximo mês de Dezembro, pelas 10 e 30, no dia 9, pelas 15 horas, e no dia 15, igualmente pelas 10 e 30.

No final do encontro que põe termo a um impasse que a ninguém contentava, ficou-se com a impressão de que o C. C. T. dos jornalistas poderá estar concluído até meados de Janeiro do próximo ano.

PORTUGAL PEDIU ASSISTÊNCIA SOBRE QUESTÕES ATÓMICAS

O Conselho dos Goverandores da Agência Internacional de Energia Atómica (A. I. E. A.) reúne-se em Lisboa nos próximos dias 2 e 3 de Dezembro, com o objectivo de discutir os pedidos de assistência técnica dos seus países membros, ao abrigo de cooperação da agência, para 1977.

As autoridades portuguesas representadas pelo eng.º João Caraça, presidente da Comissão de Gestão da Junta de Energia Nuclear, pediram assistência técnica em serviço de peritos e em equipamento nos domínios da prospecção de urânio, produção de radioisótopos e análise por activação de neutrões.

Dois mortos numa explosão de gás

EM Macedo de Cavaleiros foram sepultadas duas vítimas da derrocada parcial de um edifício de dois pisos, causada por explosão de gás, no momento do acender de um fósforo no interior de um aviário naquela localidade. O trágico acidente provocou outros dois sinistrados (pai e filho), todos do mesmo agregado familiar.

Estes estão internados em estado grave no hospital de Macedo de Cavaleiros.

O acontecimento ocorreu cerca das 19 horas de domingo quando o negociante de aves, José Jorge, de 44 anos, procedia a uma ronda habitual pelo aviário que possui, no lugar da Feiteira, a três quilómetros do centro daquela vila transmontana. Com ele encontravam-se sua mulher, Maria de Lurdes dos Anjos Guerra, de 36 anos, e os filhos Jorge Manuel Guerra e Manuel Joaquim Guerra, de 9 e 17 anos, respectivamente.

Já depois de terem entrado no edifício, aquele comerciante acendeu um fósforo, que de imediato provocou violenta explosão, seguida de derrocada de parte do prédio. Impedidos de se libertarem do monte de destroços que sobre eles caíram, foi o ruído da explosão e ainda os gritos dos soterrados sobreviventes que levaram o alarme a uma guarda de passagem de nível próxima que, por sua vez, alertou os bombeiros. Maria de Lurdes e o Jorge Manuel estavam mortos quando deram entrada no hospital. Os dois outros familiares, atingidos por graves queimaduras, encontram-se em perigo de vida.

CONSELHOS DAS ARMAS

CONTAGEM DE VOTOS ATÉ 16 DE DEZEMBRO

«O dia 16 de Dezembro é o limite máximo para a contagem dos votos referentes às eleições dos Conselhos das Armas de Infantaria, Artilharia, Engenharia, Cavalaria e Serviços e elaboração das respectivas actas», afirmou ao nosso jornal uma fonte oficial autorizada. Embora seja proibida a formação de listas, o certo é que elas aparecerm já em várias unidades. A este propósito, a nossa fonte de informação disse: «As listas podem permitir a eleição de militares menos qualificados.»

Para a Arma de Artilharia estão previstas algumas alterações de vulto. Já para Cavalaria não se esperam grandes «novidades».

No dia 25 do corrente, as unidades enviaram os votos para as direcções das Armas. Julga-se que todos os votos — incluindo os provenientes das ilhas — estarão recolhidos até ao dia 10 de Dezembro próximo.

PORTUGAL NA «VOGUE»

O número agora posto à venda da revista britânica de moedas «Vogue» publica um apontamento sobre a Madeira, acompanhado por fotografias a cores de Câmara de Lobos, Ribeira de São Vicente e Porto Moniz.

«Os britânicos têm visitado a Madeira desde há quase uma centena de anos, habitualmente no Inverno», recorda o cronista, que recomenda escalas no Cabo Girão, na Eira do Serrado, no Curral das Freiras, no Ribeiro Frio e no Pico do Areeiro.

Outras localidades referidas no apontamento na «Vogue» são Terreiro da Luta, Camacha e Machico.